



PREFEITURA DE
SAQUAREMA
CADA VEZ MELHOR

CONCURSO PÚBLICO

Inspetor Escolar

Data: 19/07/2015 - Manhã
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, régua, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

A ERA DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES

Vivemos na era das Grandes Transformações. Entre tantas, destaca apenas duas: a primeira no campo da economia e a segunda no campo da consciência.

A primeira na economia: começou partir de 1834 quando se consolidou a revolução industrial na Inglaterra. Consiste na passagem de uma *economia* de mercado para uma *sociedade* de mercado. Mercado sempre existiu na história da humanidade, mas nunca uma sociedade só de mercado. Quer dizer, a economia é o que conta, o resto deve servir a ela.

Diz-se que mercado deve ser livre e o Estado é visto como seu grande empecilho. Missão deste, na verdade, é ordenar com leis e normas a sociedade, também o campo econômico e coordenar a busca comum do bem comum. A Grande Transformação postula um Estado mínimo, limitado praticamente às questões ligadas à infraestrutura da sociedade, ao fisco e à segurança. Tudo o mais pertence e é regulado pelo mercado.

Tudo pode ser levado ao mercado como água potável, sementes, alimentos e até órgãos humanos. Esta mercantilização penetrou em todos os setores da sociedade: a saúde, a educação, o esporte, o mundo das artes e do entretenimento e até nos grupos importantes das religiões e das igrejas com seus programas de TV e de rádio.

Essa forma de organizar a sociedade unicamente ao redor dos interesses econômicos do mercado cindiu a humanidade de cima a baixo: um fosso enorme se criou entre os poucos ricos e os muitos pobres.

Essa voracidade encontrou o limite da própria Terra. Ela não possui todos os bens e serviços suficientes e renováveis. Não é um baú sem fundo. Tal fato dificulta senão impede a reprodução do sistema produtivista/capitalista. É sua crise.

Essa Transformação, por sua lógica interna, está se tornando biocida, ecocida e geocida. A vida corre risco e a Terra poderá não nos querer mais sobre ela, porque somos demasiadamente destrutivos.

A segunda Grande Transformação está se dando no campo da consciência. Na medida em que crescem os danos à natureza que afetam a qualidade de vida, cresce simultaneamente a consciência de que, na ordem de 90%, tais danos se devem à atividade irresponsável e irracional dos seres humanos, mais especificamente, daquelas elites de poder econômico, político, cultural e mediático que se constituem em grandes corporações multilaterais e que assumiram os rumos do mundo.

Temos, com urgência, que fazer alguma coisa que interrompa o percurso para o precipício. O primeiro estudo global foi feito em 1972. Revelou-se que ela está doente. A causa principal é o tipo de desenvolvimento que as sociedades assumiram. Ele acaba ultrapassando os limites de suportabilidade da natureza e da Terra. Temos que produzir, sim, para alimentar a humanidade. Mas de outro jeito, respeitando os ritmos da natureza e seus limites, permitindo que ela descanse e se refaça.

A reflexão ecológica se complexificou. Não se pode reduzi-la apenas à preservação do meio ambiente. A totalidade do sistema mundo está em jogo. Assim surgiu uma ecologia *ambiental* que tem como meta a qualidade de vida; uma ecologia *social* que visa um modo sustentável de vida (produção, distribuição, consumo e tratamento dos dejetos); uma ecologia *mental* que se propõe criticar preconceitos e visões de mundo hostis à vida e formular um novo *design* civilizatório, à base de princípios e de valores para uma nova forma de habitar a Casa Comum; e por fim uma ecologia *integral* que se dá conta de que a Terra é parte de um universo em evolução e que devemos viver em harmonia com o Todo, uno, complexo e carregado de propósito. Daí resulta a paz.

Se triunfar a consciência do cuidado e da nossa responsabilidade coletiva pela Terra e por nossa civilização, seguramente teremos ainda futuro.

Leonardo Boff

(<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-era-das-grandes-transformacoes/33427>)

01. A frase que melhor sintetiza a primeira grande transformação apresentada pelo autor é:

- A) “Missão deste, na verdade, é ordenar com leis e normas a sociedade, também o campo econômico e coordenar a busca comum do bem comum” (3º parágrafo)
- B) “Tudo pode ser levado ao mercado como água potável, sementes, alimentos e até órgãos humanos” (4º parágrafo)
- C) “Temos, com urgência, que fazer alguma coisa que interrompa o percurso para o precipício” (9º parágrafo)
- D) “Temos que produzir, sim, para alimentar a humanidade” (9º parágrafo)
- E) “Não se pode reduzi-la apenas à preservação do meio ambiente. A totalidade do sistema mundo está em jogo” (10º parágrafo)

02. O autor cria as palavras “biocida, ecocida e geocida”. Apresentadas nessa sequência, elas ressaltam a seguinte ideia:

- A) restauração dos ecossistemas
- B) esperança de renovação em gerações futuras
- C) gradação da cadeia destrutiva dos indivíduos à Terra
- D) autogestão geológica das transformações climáticas
- E) transformações positivas ocorridas no meio ambiente

03. “Entre tantas, destaco apenas duas: a primeira no campo da economia e a segunda no campo da consciência”. O emprego dos dois-pontos marca a seguinte relação:

- A) negação da tese desenvolvida
- B) especificação de ideia anterior
- C) adição de um comentário pessoal
- D) exemplificação de ideias contraditórias
- E) restrição de condições para uma opinião

04. Em “Consiste na passagem de uma *economia* de mercado para uma *sociedade* de mercado” (2º parágrafo), observa-se a repetição de uma estrutura semelhante, com a substituição de uma palavra por outra. Essa substituição ressalta a seguinte ideia do parágrafo:

- A) o mercado tornou-se paradigma para as relações sociais
- B) a economia foi definida pela sociedade liberal e capitalista
- C) a sociedade em geral fracassou em sua estrutura econômica
- D) o mercado quebrou com o avanço das sociedades capitalistas
- E) a formação em economia substituiu os estudos em ciências sociais

05. Em “a primeira, no campo da economia”, o emprego da vírgula justifica-se por se tratar de:

- A) separar vocativo
- B) destacar relação causal
- C) isolar termos intercalados
- D) introduzir advérbio de tempo
- E) marcar elipse do verbo “ocorrer”

06. Em “Diz-se que mercado deve ser livre e o Estado é visto como seu grande empecilho” (3º parágrafo), o emprego do verbo “dizer” e da palavra “se” contribuem para marcar a seguinte relação entre o autor e a ideia citada na sequência:

- A) concordância integral
- B) adesão irônica
- C) distanciamento crítico
- D) aproximação absoluta
- E) adesão integral

07. A expressão “na verdade” (3º parágrafo) marca a seguinte relação com a frase anterior:

- A) correção
- B) neutralidade
- C) passividade
- D) concordância
- E) reforço positivo

08. Um exemplo de pronome que estabelece relação coesiva com elementos que se apresentam posteriormente a ele está em:

- A) “**Tudo** pode ser levado ao mercado como água potável, sementes, alimentos e até órgãos humanos” (4º parágrafo)
- B) “**Essa** forma de organizar a sociedade unicamente ao redor dos interesses econômicos do mercado cindiu a humanidade de cima a baixo” (5º parágrafo)
- C) “**Tal** fato dificulta senão impede a reprodução do sistema produtivista/capitalista” (6º parágrafo)
- D) “A vida corre risco e a Terra poderá não nos querer mais sobre **ela**, porque somos demasiadamente destrutivos” (7º parágrafo)
- E) “**Ele** acaba ultrapassando os limites de suportabilidade da natureza e da Terra” (9º parágrafo)

09. “Essa voracidade encontrou o limite da própria Terra. Ela não possui todos os bens e serviços suficientes e renováveis”. O conectivo que melhor apresenta a relação entre as duas frases anteriores é:

- A) caso
- B) porque
- C) todavia
- D) enquanto
- E) conquanto

10. Em “Se triunfar a consciência do cuidado e da nossa responsabilidade coletiva pela Terra e por nossa civilização, seguramente teremos ainda futuro”, o emprego de “ainda” explicita o seguinte pressuposto:

- A) é certo não termos futuro
- B) é possível não termos futuro
- C) não é possível termos futuro
- D) é provável o triunfo da consciência
- E) não é possível o triunfo da consciência

CONHECIMENTOS GERAIS

11. Segundo dados do anuário estatístico disponível no site oficial da Fundação CEPERJ, a população estimada do município de Saquarema em 2013 era de:

- A) 75.906 habitantes
- B) 77.522 habitantes
- C) 79.421 habitantes
- D) 87.985 habitantes
- E) 75.717 habitantes

12. No Estado do Rio de Janeiro, **não** integra a mesma região de governo do município de Saquarema o município de:

- A) Rio das Ostras
- B) Arraial do Cabo
- C) Silva Jardim
- D) Tanguá
- E) Casimiro de Abreu

13. Nos termos da Lei Orgânica Municipal, são símbolos do município de Saquarema:

- A) o brasão, a bandeira e o hino
- B) a lagoa de Jaconé e a Restinga de Massambaba
- C) a bandeira, o hino e a Igreja de Santo André
- D) a Igreja de Nossa Senhora de Nazareth e a bandeira do município
- E) a Igreja de Nossa Senhora de Nazareth, o brasão, a bandeira e o hino

14. São requisitos para criação de um distrito no município de Saquarema, a existência de:

- A) no mínimo, 200 moradias na localidade
- B) eleitorado e população não inferior à quinta parte da exigida para criação de município
- C) arrecadação mínima de 1/5 (um quinto) do PIB estadual
- D) no mínimo duas escolas públicas, uma creche e delegacia de polícia civil
- E) declaração da Fundação Ceperj sobre a arrecadação de tributos estaduais na localidade

15. O vereador poderá licenciar-se para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse o período de:

- A) 100 dias por ano
- B) três anos
- C) 60 dias por sessão legislativa
- D) 120 dias por sessão legislativa
- E) 180 dias por legislatura

16. O processo legislativo municipal **não** compreenderá a elaboração de:

- A) medidas provisórias
- B) leis delegadas
- C) leis complementares
- D) resoluções
- E) emendas à Lei Orgânica

17. São de iniciativa exclusiva do prefeito, as leis que disponham sobre:

- A) direito penal e transporte público municipal
- B) provimento de cargos públicos e direito cambial
- C) política de crédito, emissão de moeda e criação de autarquias
- D) regime jurídico de servidores públicos e matéria orçamentária
- E) direito financeiro e transporte rodoviário intermunicipal

18. Nos termos da Lei Orgânica Municipal, a contratação de servidores temporários será admitida quando:

- A) forem providos em cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo prefeito
- B) autorizado pela Assembléia Legislativa do Estado, após aprovação do Tribunal de Contas
- C) vise atender a necessidades temporárias em caso de excepcional interesse público
- D) autorizado por Decreto do prefeito, que deve ser imediatamente submetido à Câmara Municipal
- E) forem aprovados em concursos públicos de provas e títulos, independentemente do motivo que fundamentou a contratação

19. Nos termos da Lei Orgânica do município de Saquarema, ao servidor público em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- A) tratando-se de mandato eletivo federal, ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, podendo optar pela remuneração do cargo efetivo
- B) investido no mandato de prefeito, será afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração
- C) investido no mandato de vereador, ficará sempre afastado de seu cargo, emprego ou função
- D) em qualquer caso que exija afastamento para mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento
- E) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão recolhidos ao regime geral de previdência social

20. Nos termos da Lei Orgânica Municipal, o balancete resumido da receita e da despesa será publicado:

- A) mensalmente
- B) anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado
- C) quinzenalmente
- D) até o dia 20 do mês seguinte ao fechamento do bimestre
- E) até 30 dias do encerramento do trimestre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com o Artigo 4º da Lei nº 9.394/96, sobre direito à educação e do dever de educar, considera-se que:

- A) a educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental, e que o ensino elementar é obrigatório
- B) a educação deve ser gratuita, entretanto obrigatória somente na educação infantil e no ensino médio
- C) o ensino deve ser facultativo mediante as necessidades educacionais especiais, e obrigatório para os alunos incluídos nas classes regulares
- D) a educação básica obrigatória e gratuita é para alunos de 4 a 17 anos de idade
- E) a educação deve ser gratuita, preferencialmente no ensino fundamental I e no ensino médio

22. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, além de conter uma exposição sobre seus fundamentos, contêm os diferentes elementos curriculares, tais como:

- A) objetivos, organização dos conteúdos, recursos utilizados e critérios de avaliação e orientações didáticas
- B) critérios de avaliação, metodologia utilizada, planejamento e caracterização das áreas
- C) orientações didáticas, período de realização, atividades propostas e objetivos
- D) caracterização das áreas, objetivos, organização dos conteúdos, critérios de avaliação e orientações didáticas
- E) organização dos conteúdos, critérios de avaliação, atividades propostas e objetivos gerais e específicos

23. O Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que compete ao Estado assegurar:

- A) atendimento educacional especializado, obrigatoriamente na rede regular de ensino, aos educandos com necessidades especiais, e ensino fundamental, obrigatório e gratuito, para os que não completaram 18 anos
- B) oferta de ensino noturno em EJA, adequado às condições do adolescente trabalhador e atendimento educacional especializado, obrigatoriamente na rede regular de ensino, aos educandos com necessidades especiais
- C) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde
- D) ensino fundamental, opcional e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria e atendimento educacional especializado, obrigatoriamente na rede regular de ensino, aos educandos com necessidades especiais e ensino médio e superior, obrigatórios e gratuitos, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria em modalidade à distância
- E) ensino fundamental, facultativo e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria, progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e atendimento educacional especializado, obrigatoriamente na rede regular de ensino, ao educandos com necessidades especiais

24. A Educação em Direitos Humanos deve ser entendida como um caminho facilitador para a concretização de um projeto pedagógico. A educação deve permitir a percepção integral do contexto em que está inserida em suas várias dimensões, a saber:

- A) (a) éticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais; (b) que o processo seja articulado de forma transversal; e (c) que o educando participe do processo em todos os momentos, seja na construção e aplicação do conhecimento, no enfrentamento de situações críticas, propondo soluções e tendo autonomia para superá-las
- B) (a) éticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais; (b) que o processo seja articulado de forma holística; e (c) que o educando não participe do processo em todos os momentos, seja na construção e aplicação do conhecimento, no enfrentamento de situações críticas, propondo soluções e tendo autonomia para superá-las
- C) (a) éticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais; (b) que o processo seja articulado de forma transversal; e (c) que o educador seja o detentor de todo o processo educacional decidindo sobre a aplicação do conhecimento, no enfrentamento de situações críticas, propondo soluções e tendo autonomia para decidi-las
- D) (a) religiosas, sociais, econômicas, culturais e ambientais; (b) que o processo seja articulado para a manutenção das questões sociais; e (c) que o educando participe do processo em todos os momentos, seja na construção e aplicação do conhecimento, no enfrentamento de situações críticas, propondo soluções e tendo autonomia para superá-las
- E) (a) éticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais; (b) que o processo seja articulado de forma transversal; e (c) que o educando participe de parte do processo, sem ter a autoridade de decidir o processo educacional, visto que o professor é o detentor de todo o saber

25. De acordo com o Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais (2013), os princípios da educação em direitos humanos são:

- A) acesso à escola, dignidade e sabedoria, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento psicossocial
- B) dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental
- C) laicidade, escolaridade, sabedoria, decisão religiosa, verticalização do ensino, e transversalidade na diferenciação dos direitos
- D) liberdade religiosa, diferenciação dos direitos e verticalização do ensino
- E) livre arbítrio, transversalidade, dignidade, sabedoria, emancipação da sociedade, decisão religiosa e direitos humanos

26. A Lei nº 9.394/96 estabelece que o ensino religioso seja:

- A) opcional, sendo parte integrante da formação básica do cidadão e constituindo disciplina dos horários parciais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo
- B) facultativo, sendo parte integrante da formação básica do cidadão e constituindo disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo
- C) obrigatório, sendo parte integrante da formação básica do cidadão e constituindo disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo
- D) o ensino religioso não faz parte do currículo escolar, por ser a educação pública de caráter laico
- E) a escola, seja pública ou privada, deve ser laica e, por isso, no currículo escolar, o ensino religioso fica a cargo do conselho escola-família

27. Os Parâmetros Curriculares Nacionais consideram que a avaliação deve ocorrer durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Uma das funções pedagógicas da avaliação é:

- A) encontrar respostas definitivas e absolutas para os produtos desse processo
- B) cumprir uma determinação da Lei nº 9.394/96
- C) verificar o quanto o aluno aprendeu através de um instrumento de medida e comparar com outros alunos
- D) refletir sobre cada momento da aprendizagem do aluno e orientar a reflexão acerca do planejamento
- E) observar o quanto o aluno aprendeu e refletir sobre cada instrumento utilizado

28. *“O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam, ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar”*

(Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia).

Dentro dessa perspectiva, Freire reforça que o educador/educadora tem uma tarefa:

- A) socialista
- B) político-pedagógica
- C) progressivista
- D) comunista
- E) crítico-social

29. De acordo com a Lei nº 9.394/96, Artigo 3º, o ensino será ministrado com base, dentre outros, no seguinte princípio:

- A) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
- B) preparação dos alunos para que eles tenham acesso à universidade
- C) utilização de material didático-pedagógico variado em busca da aprendizagem mais fácil
- D) desenvolvimento de um trabalho rico e criativo de modo que o aluno aprenda e deseje continuar seus estudos
- E) pleno desenvolvimento do aluno nas áreas pessoal e social

30. Paulo Freire considera a concepção “bancária da educação” como:

- A) sendo uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber
- B) um processo de emancipação do sujeito
- C) a dialética sendo fundamental na relação educador e educandos
- D) uma educação libertadora
- E) uma educação de cunho crítico-social

31. A avaliação deve ocorrer durante todo o processo de ensino e aprendizagem, por isso, uma das funções pedagógicas da avaliação é:

- A) encontrar respostas definitivas e absolutas para os produtos desse processo
- B) cumprir uma determinação da Lei nº 9.394/96, de acordo com os interesses dos docentes
- C) verificar o quanto o aluno aprendeu por meio de um instrumento de medida, estabelecendo comparação entre os alunos de um mesmo grupo
- D) refletir sobre cada momento da aprendizagem do aluno e orientar a reflexão acerca do planejamento
- E) observar o quanto o aluno aprendeu, refletir sobre cada instrumento utilizado e valorizar o professor enquanto detentor do saber

32. Sob a perspectiva das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as metodologias de ensino, na educação básica, devem possibilitar, dentre outras:

- A) a construção de normas de disciplina e de organização da escola, com a participação direta dos/as estudantes em discutir questões relacionadas à vida da comunidade, trazer para sala de aula exemplos de discriminações e preconceitos comuns na sociedade, a partir de situação-problema e discutir de forma a resolvê-las; tratar as datas comemorativas que permeiam o calendário escolar de forma articulada com os conteúdos dos direitos humanos de forma transversal, interdisciplinar e disciplinar; trabalhar os conteúdos curriculares integrando-os aos conteúdos da área de DH
- B) o trabalho com os conteúdos do currículo, valorizando as diferentes culturas e apresentação de variadas metodologias que verticalizem a ascensão social
- C) o fomento à movimentação das classes sociais, gerando um clima mobilizador de discussões a fim de movimentar os educandos a lutar contra a exclusão social e de classes
- D) uma análise da dialética inclusão e exclusão, dentro das dimensões culturais, políticas e práticas em educação, com questionamentos sobre o papel da escola como responsável pela cultura da violência
- E) a elaboração de fóruns de discussão em que os docentes organizem o estatuto da escola, com regras sobre disciplina e aproveitamento dos alunos, buscando premiar os melhores alunos e envolvendo-os na organização do grêmio escolar

33. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- A) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços familiares, ressalvadas as restrições legais; ter opinião e expressão artística; crença e culto religioso; estudar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, fora da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação na escola
- B) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação
- C) estar nos logradouros privados e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e estudar; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação
- D) frequentar os logradouros públicos e espaços comunitários; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se, ir para balada; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar auxílio e orientação
- E) estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, acompanhado dos pais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e tutela

34. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os temas transversais são:

- A) questões da arte, do meio ambiente, da música e da orientação sexual
- B) questões da arte, da pluralidade cultural, do meio ambiente, da música e da orientação sexual
- C) questões da ética, da pluralidade cultural, do meio ambiente, da saúde e da orientação sexual
- D) questões da ética, da pluralidade cultural, do meio ambiente, da saúde e da religião
- E) questões da arte, da pluralidade cultural, da saúde, da música e da orientação sexual

35. A educação infantil, de acordo com a Lei nº 9.394/96, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade em seus aspectos:

- A) físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade
- B) biológico, intelectual e psíquico, compreendendo a ação da família e da comunidade
- C) familiar, comunitário, psicossocial e intelectual, visando ao desenvolvimento de sua autonomia
- D) higiênico, social, político, visando ao desenvolvimento de sua autonomia
- E) político, psicomotor e emocional, levando em consideração o seu desenvolvimento no contexto familiar

36. Quanto mais solidariedade exista entre o educador e educandos no “trato” do espaço pedagógico, mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola. Esse espaço, segundo Paulo Freire, é considerado como um “texto” para ser constantemente:

- A) interpretado, explorado, lido e reescrito
- B) lido, reformulado, escrito e mascarado
- C) reformulado, combinado e explorado
- D) lido, interpretado, escrito e reescrito
- E) interpretado, lido, reformulado e reescrito

37. Para Luckesi, a avaliação atravessa o ato de planejar e de executar, por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada e se faz presente na:

- A) identificação da perspectiva político-social, na seleção dos meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção
- B) perspectiva sociocultural, na busca de meios sistemáticos e na produção do projeto, tendo em vista a sua construção
- C) contextualização da atividade educativa, na prática de ensino e nos projetos pedagógicos
- D) vida escolar dos educandos, na prática pedagógica e na atuação da comunidade escolar
- E) identidade escolar, na gestão pedagógica e nas diretrizes curriculares nacionais

38. Não existe uma única forma para o uso dos indicadores da qualidade na educação. Eles constituem um documento flexível que pode ser usado de acordo com a criatividade e experiência de cada escola. Contudo, no que se refere à gestão do espaço escolar e dos ambientes físicos, é preciso estar atento a itens fundamentais de acordo com três indicadores:

- A) aproveitamento dos recursos, organização e documentação dos discentes
- B) suficiência, qualidade e bom aproveitamento
- C) proposta pedagógica, planejamento e contextualização
- D) autoavaliação, suficiência e contextualização
- E) avaliação, qualidade e limpeza

39. As definições conceituais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como a estrutura do documento, são pautadas nos objetivos gerais do ensino fundamental. Estes objetivos estabelecem capacidades relativas aos:

- A) aspectos cognitivos, afetivos, físicos, éticos, estéticos, de atuação e inserção social de forma a expressar a formação básica necessária para o exercício da cidadania
- B) aspectos da linguagem verbal, conhecimentos didáticos, exercício da cidadania
- C) aspectos relacionados à escolarização, reflexão, autoavaliação e maturação básica para os concluintes do ensino fundamental
- D) aspectos relacionados ao sistema social, avaliações, autocuidado e à utilização da consciência cidadã para promover a inserção social
- E) indicadores de qualidade na educação, aos critérios de avaliação e às orientações didáticas na qualificação para o trabalho

40. O inspetor escolar faz parte do corpo de profissionais da educação e, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, deve ser:

- A) professor habilitado em nível médio para a docência na educação infantil, e no ensino fundamental, com experiência mínima de 10 anos em sala de aula
- B) trabalhador em educação portador de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como títulos de mestrado e doutorado nas mesmas áreas
- C) trabalhador em educação, portador de diploma de curso técnico e conhecimentos em planejamento e administração escolar, com experiência em secretaria escolar de, no mínimo, 10 anos de prática
- D) professor com habilitação em qualquer disciplina e experiente na educação infantil com formação em secretaria escolar e pós-graduação na sua área
- E) trabalhador em educação com experiência no setor administrativo educacional, com formação em administração pública e portador de títulos de mestrado e doutorado

41. De acordo com Luckesi, para cumprir o seu verdadeiro significado, a avaliação necessita assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem sucedida. Entretanto, para o autor, a condição necessária para que isso aconteça é:

- A) ser a avaliação sempre a ponte para o aprendizado dos conteúdos obrigatórios no ensino fundamental
- B) trabalhar para que a avaliação deixe de ser utilizada como recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando e assuma o papel de auxiliar no crescimento
- C) determinar que a avaliação seja utilizada em todas as modalidades de ensino de maneira sistemática e para auxiliar no crescimento do docente
- D) desenvolver iniciativas para que a avaliação deixe de ser considerada recurso de autoridade para os educandos, possibilitando ao professor mediar o processo de ensino e aprendizagem com mais qualidade
- E) utilizar a avaliação como única estratégia para mediar os obstáculos diante dos objetivos fracassados

42. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96 prevê que os currículos do ensino fundamental e médio tenham uma base nacional comum, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- A) complementação em cada estabelecimento escolar, respeitando a diversidade e características regionais, sociais e econômicas da comunidade atendida
- B) inclusão no currículo do ensino da língua portuguesa, matemática, conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política do Brasil, do ensino da arte, educação física e do ensino de uma língua estrangeira e música
- C) participação somente dos professores em conselhos escolares para a elaboração do currículo escolar
- D) valorização do ensino das diversidades culturais, étnicas, religiosas, políticas, além de promover a igualdade de direitos entre os cidadãos e o acesso aos bens públicos
- E) desenvolvimento das práticas e conteúdos sociais, econômicos e políticos, ressaltando a exclusão das classes mais pobres

43. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes, dentre outros, o direito:

- A) a passeios, entradas em cinemas e museus, viagens internacionais, moradia, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e direito de ser respeitado por seus educadores
- B) permanência na escola, residência longe de sua escola, respeito aos educadores, direitos a contestar os critérios avaliadores, lutar pelos direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais
- C) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis; e acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência
- D) direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores, direito de organização e participação em entidades estudantis e garantia a passeios e saídas além do acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência
- E) direito a passeios, entradas em cinemas e museus, viagens internacionais e moradia, permanência na escola residência longe de sua escola, respeitar os seus educadores participação em grêmios estudantis e igualdade de permanência e acesso nas instituições de ensino

44. Para atingir o seu objetivo, a escola deve focar a política pedagógica no desenvolvimento dos alunos, o que, para os indicadores de qualidade da educação, significa:

- A) observá-los de perto, conhecê-los, compreender suas diferenças com base na sua deficiência física e sensorial, incentivar suas potencialidades no caso de apresentar algum talento específico
- B) observá-los de perto, conhecê-los, compreender suas diferenças, demonstrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e incentivar suas potencialidades
- C) fazer com que os alunos aprendam independente dos seus interesses e expectativas de atuação profissional
- D) observá-los de perto, conhecê-los, compreender suas diferenças com base nas suas altas habilidade e superdotação, além de incentivar suas potencialidades no caso de apresentar algum talento específico
- E) conhecê-los, compreender suas diferenças, demonstrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e incentivar os alunos com bom desempenho acadêmico

45. A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para sua convivência no exercício cotidiano dos Direitos Humanos, como forma de vida e organização social, política, econômica e cultural nos níveis:

- A) regional, estadual e municipal
- B) local, planetário e mundial
- C) nacional, regional e planetário
- D) regional, global e nacional
- E) racional, global e regional

46. Pode-se definir o Estatuto da Criança e do Adolescente como:

- A) um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem o objetivo de sugerir responsabilidades sobre crianças e adolescente e às escolas brasileiras somente no seu município local
- B) um estatuto ou codificação que trata do universo mais específico vinculado ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adultos de nosso país, dentro de um espírito de maior proteção e cidadania decorrentes da própria constituição promulgada em 1988
- C) legislação com o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente; é o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes
- D) legislação que dispõe sobre o atendimento educacional especializado a crianças e adolescentes, responsabilizando escola, família e comunidade no acompanhamento dessa ação
- E) um conjunto de normas e mandamentos que são baseados na Lei de Diretrizes e Bases em Educação, para orientar pais e professores no cuidado com as crianças

47. De acordo com a Lei Federal nº 9.394/96, no Artigo 2º, a finalidade da Educação Nacional é de tríplex natureza, ou seja, tem a intenção de:

- A) valorizar a experiência do educando, buscar o seu pleno desenvolvimento e promover o respeito à liberdade
- B) preparar para o exercício da cidadania, promover a qualidade da educação e promover o pluralismo de ideias
- C) valorizar a experiência do educador, promover a qualidade da educação e promover o respeito à liberdade
- D) buscar o pleno desenvolvimento do educando, qualificar para o trabalho e valorizar a experiência docente
- E) buscar o pleno desenvolvimento do educando, preparar para o exercício da cidadania e qualificar para o trabalho

48. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, no Artigo 24, a educação básica nos níveis fundamental e médio será organizada de acordo com a seguinte regra comum:

- A) carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais quando houver
- B) carga horária mínima anual de novecentos horas, distribuídas por um mínimo de trezentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais quando houver
- C) carga horária mínima anual de mil horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais quando houver
- D) carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de quatrocentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais quando houver
- E) carga horária mínima anual de seiscentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais quando houver

49. Na LDB, Lei nº 9.394/96, a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais. Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

- A) o atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais será obrigatoriamente feito em classes de escolas ou serviços especializados
- B) os currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização dos conteúdos não podem ser específicos a fim de atender às necessidades dos alunos especiais para não se configurar como preconceito
- C) as escolas podem optar por receber, ou não, os alunos com necessidades especiais e, a partir daí, deverá adaptar seus ambientes para a livre locomoção e vivência desses alunos
- D) as escolas chamadas “especiais” devem desaparecer, pois de acordo com a LDB elas perderam sua função específica a partir do atendimento das escolas municipais em convênio com os programas de saúde
- E) o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo

50. Ao modelo de prática que Hoffmann identifica como transmitir-verificar-registrar, corresponde o processo conhecido como:

- A) avaliação classificatória
- B) intervenção do professor numa abordagem construtivista
- C) prática docente dialógica
- D) avaliação mediadora
- E) intervenção docente numa abordagem espontaneista